

# O *estranho* território da cana e a multiterritorialidade camponesa no Triângulo Mineiro

**Heitor Nascimento Mendes**

**Marcelo Cervo Chelotti**

Universidade Estadual do Ceará  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia - PROP GEO

Revista GeoUECE  
ISSN: 2317-028X

<https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/index>

## **FICHA BIBLIOGRÁFICA**

---

MENDES, H. N.; CHELOTTI, M. C. O *estranho* território da cana e a multiterritorialidade camponesa no Triângulo Mineiro. *GeoUECE* (online), v. 09, n. 17, p. 49-69, 2020.



# O estranho território da cana e a multiterritorialidade camponesa no Triângulo Mineiro

**Heitor Nascimento Mendes**

Universidade Federal de Uberlândia  
heitor1001@hotmail.com

**Marcelo Cervo Chelotti**

Universidade Federal de Uberlândia  
mcervochelotti@gmail.com

---

**Resumo:** Diante da trajetória de modernização e dos processos que marcam o desenvolvimento do agronegócio no Triângulo Mineiro, como a formação do Complexo Agroindustrial do Centro-sul e o avanço do setor sucroenergético nas áreas de Cerrado do Brasil Central, o presente artigo tem como objetivo apresentar as bases que proporcionaram o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar no oeste de Minas Gerais nesse primeiro quarto de século, demonstrando como a territorialização dessa nova “frente canavieira” e dos grupos que a compõem são importantes para entendermos os atuais processos de desterritorialização e reterritorialização do campesinato nesse território. Desse modo, observa-se que os modos de reprodução e estrutura/organização do setor trazem estranhamento e constituem importantes influências para os processos de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR’s) vivenciados pelos camponeses do Triângulo Mineiro, o que nos permite concluir que a (re)produção do território camponês está diretamente relacionada com as diretrizes e condicionantes trazidas pelo modelo empregado nas agroindústrias.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Campesinato. Lavoura canavieira. Territorialização. Triângulo Mineiro.

---

49

## 1. Introdução

Campeinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (COSTA; CARVALHO, 2016, p. 23).

Delimitar o que é campesinato (ou camponês) perpassa pela capacidade de aferirmos seu território à representação material e simbólica do espaço, pois é a partir dela que seus modos de vida se estabelecem. Assim, podemos falar então de múltiplos territórios camponeses, os quais se entrelaçam a partir de um único objetivo: sua reprodução enquanto grupo social coeso, mesmo que de forma “involuntária”.



A modernidade aferiu importância demasiada à lógica industrial e urbana, o que resultou em concepções de rural pré-conceituosas, para as quais as ruralidades ou identidades rurais estariam em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano, ao campo industrializado e modernizado, sendo ele, por assim dizer, “atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças e etc.” (MOREIRA, 2005, p. 19).

Para Wanderley (2009), o principal representante do rural subalternizado é o camponês, o qual tem na comunidade a centralidade de suas relações e o estabelecimento de vínculos representativos.

O personagem principal desse mundo rural é o camponês, cuja atividade e o modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída. Outros atores sociais, como os artesãos e toda a gama de “mediadores” convivem com os camponeses, assegurando, através de uma certa divisão social do trabalho, a reprodução da autonomia relativa da coletividade local. Uns e outros tem como referência identitária a própria comunidade rural. Assim tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural (WANDERLEY, 2009, p. 207).

Com as mudanças empregadas pela agroindústria, a agricultura camponesa deixou de constituir o chamado “esteio” do meio rural. As relações verticalizadas no espaço reconfiguram o território a partir de demandas exteriores ao local e tal identificação com a agricultura, para grande parte da população rural, já não existe mais.

Porém, a efêmera manutenção de identidades rurais (em localidades sujeitas à reprodução do capital) faz com que o campesinato se reestruture, mas não perca sua identificação. As condicionantes as quais estão sujeitos se tornam variáveis importantes na reorganização de seu próprio território.

Porém, esses territórios se apresentam, por vezes, em conflito a partir da territorialização de diferentes agentes econômicos, sendo ameaçada a perspectiva expressa pela autora. Dentre os principais desafios do campesinato no século XXI, está justamente sua capacidade de territorializar-se diante do contexto em que ele está inserido, a saber: o meio técnico-científico-informacional e a supremacia técnica das atividades agroexportadoras, os quais o agronegócio é o principal representante.

As mudanças estruturais oriundas da modernização agrícola e dos Complexos Agroindustriais forçaram novos arranjos na atividade camponesa, e sua resistência se baseia, hoje, em grande parte pela delimitação do seu território diante do avanço de monoculturas como a soja, o milho ou a cana-de-açúcar.

Nesse sentido, a sobrevivência camponesa e sua autonomia passam inevitavelmente pela condição ameaçadora a qual o capital agroindustrial incide sobre seus territórios. Tal condição,



por vezes delimita sua capacidade de existência diante da relação com o capital, responsável por expulsar um grande número de camponeses do campo, mas que salienta sua importância a partir da necessidade de produção de mercadorias, por exemplo, para abastecimento de mercados regionais.

Fato notório ocorre nas áreas de Cerrado do Brasil Central: a partir de uma ocupação rápida e facilitada, a agroindústria canavieira avança de forma impiedosa pelas áreas rurais do Triângulo Mineiro, mesorregião propícia à implantação de monoculturas e atividades agrícolas mecanizadas, em razão de sua localização privilegiada e seu relevo pouco acidentado.

Nesse de tal conjuntura, o presente artigo tem como objetivo apresentar as bases que proporcionaram o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar no oeste de Minas Gerais, demonstrando como a territorialização dessa nova “frente canavieira” – e dos grupos que a compõem – é importante para entendermos os atuais processos de desterritorialização e reterritorialização do campesinato nessa região.

O texto está organizado em duas partes: em um primeiro momento discutiremos importantes elementos da trajetória do agronegócio no Brasil e no Triângulo Mineiro, destacando os processos de modernização agrícola e a constituição do meio técnico-científico-informacional, bem como a formação e consolidação do Complexo Agroindustrial do Centro-sul e o papel do Programa Nacional do Alcool (PROÁlcool) nesse contexto. Posteriormente, trataremos do avanço das lavouras de cana-de-açúcar no período atual, levado a cabo, nos últimos anos, pela agricultura empresarial, fazendo um paralelo com a condição camponesa no Triângulo Mineiro, como o estranhamento sócio territorial e os processos de TDR's.

51

## **2. A trajetória do agronegócio no Brasil: da modernização agrícola ao meio técnico-científico-informacional**

A partir da segunda metade do século XX, os rumos tomados pelo Estado brasileiro mantiveram a estrutura fundiária concentrada existente no país desde o período colonial. As elites agrárias e os governos não resolveram os problemas de distribuição de terra e acesso à renda por determinada parcela da sociedade, e contribuíram de forma significativa para a consolidação do que se convencionou chamar de a industrialização e modernização –conservadora – da agricultura no país.

Esse movimento, que anos mais tarde possibilitou a introdução de técnicas avançadas no campo, através da incorporação de ciência, tecnologia e informação no processo produtivo, tem suas raízes no pós II Guerra e na difusão do modelo da Revolução Verde. O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro continua intrinsecamente ligado aos



processos ocorridos nesse período, que acabou por levar a produção no campo a uma condição subordinada em relação à indústria, em um processo de internalização da atividade agrícola que tinha como pano de fundo os rumos intencionados pelos países de capitalismo avançado.

Os principais pilares dessa modernização evidenciam seu caráter conservador e doloroso, como destacado por Graziano da Silva (1980). Conservador porque mantém as relações econômicas e a estrutura fundiária que a precedeu, e doloroso, pois relega a parte significativa da população do campo uma condição de vida subalterna, por vezes algo miserável.

Ao assumir gradativamente o comando da produção agrícola em diversos setores, a indústria capitalista conservou (e agravou) a extrema concentração de terras do Brasil. Alguns dos benefícios econômicos se vinculam ao aumento da oferta de matéria-prima e a conexão com circuito global da economia.

- a) Um aumento na oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações;
- b) A agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira “industrialização da agricultura”, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 30-31).

Portanto, por conta da infinidade de produtos químicos e tecnologia empregada, a produção por hectare aumentou, rompeu barreiras naturais que impossibilitavam tal crescimento produtivo e transformou de vez os sistemas agrícolas. A partir de então a agricultura se globalizou, recebendo produtos da indústria (inseticidas, fertilizantes, maquinários e etc.) e aumentando a oferta de matéria-prima. O combate às “pragas”, a “correção” dos solos e a intensificação do uso de maquinários como tratores e colheitadeiras, garantiram os ganhos “dentro e fora da porteira”.

Com o pretexto de que faltariam alimentos caso não houvesse uma mudança drástica na forma de produzir, com a elevação da produção sendo possível apenas com o uso dos produtos vindos da indústria, a Revolução Verde acabou por introduzir pacotes que tiraram a necessidade do produtor de se adequar ao ritmo da natureza, podendo fazer uso de técnicas e produtos que relegassem as condições naturais a segundo plano no processo, exigindo uma mão-de-obra cada vez menor e garantindo matéria-prima em abundância após a colheita.

Nesse momento, a agricultura passou a ter as funções de suprir a crescente industrialização, com os recursos necessários à sua instalação, e de alimentar a crescente população urbana. Ela deixa de ser voltada exclusivamente para o mercado externo e passa a contribuir de forma mais significativa para o mercado interno. Para promover o aumento da produção e da produtividade agrícola, a partir de meados da década de 1960, o Estado, por meio de suas instituições de pesquisa e em cooperação com empresas multinacionais, reestruturou, mesmo que de forma seletiva, o sistema técnico agrícola brasileiro, por meio da implantação do paradigma da Revolução Verde. Este foi proposto e implementado por vetores externos como



instituições dos EUA e multilaterais (Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Banco Mundial e USAID), com a cooperação de instituições criadas em várias partes do mundo. No Brasil, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada em 1973, foi a principal difusora dos novos sistemas técnicos agrícolas. O caso do café é emblemático: o governo federal pagou para remover os cafezais considerados anti-econômicos e concedeu crédito fácil para a compra de culturas substitutivas, desde que fossem as culturas de grande consumo de fertilizantes e agrotóxicos desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em parceria com grandes empresas multinacionais (FREDERICO, 2010, p. 31).

As mudanças advindas dessa transição trouxeram consigo a necessidade de implantação de uma indústria pesada no país, como a de maquinários e insumos, que abasteceria a agricultura de forma a modernizar os processos produtivos. A importância do Estado brasileiro nesse processo se evidencia a partir da década de 1960, onde uma série de políticas agrícolas de incentivo a aquisição de produtos nacionais buscava reforçar um mercado consumidor interno que ainda vivia no campo, em propriedades não condizentes com as necessidades da revolução em curso, sendo “praticamente autossuficientes, ou seja, não conectadas à economia como um todo. Daí o diagnóstico de uma estrutura agrária feudal ou com restos do feudalismo” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 30).

A atuação do Estado brasileiro, portanto, buscou garantir, a partir da década de 1960, que o país se industrializasse e modernizasse sua agricultura de modo a conectá-las. As aspirações do regime militar corroboraram para tal situação, como destacado por Frederico (2010).

O momento de expansão e modernização da agricultura coincide com os anseios do governo militar, instaurado durante aquele período, e sintetizados nos objetivos principais do primeiro PND (Plano Nacional de Desenvolvimento): a) promover o desenvolvimento tecnológico (comunicação, militar, nuclear e computação); b) aproveitar os recursos naturais (exploração das matérias-primas); c) integrar o território (objetivos geopolíticos e econômicos) (FREDERICO, 2010, p. 33).

Com o passar dos anos, foi difundindo-se no território brasileiro estruturas materiais e imateriais constitutivas daquilo que Santos (2000) denominou meio técnico-científico-informacional. O aparato científico e técnico auxiliou na adaptação de solos e de ambientes menos propícios a determinadas culturas, no aprimoramento da produção e seu consequente aumento, bem como na garantia de maiores lucros para os diversos setores que compõem a produção.

A informação possibilitou a comunicação entre esses diversos setores, interligando a produção e a inserindo no circuito global da economia. O conhecimento do “tempo do outro” (SANTOS, 2000) permitiu que as verticalidades se exacerbassem, e a divisão territorial do trabalho se transformasse. Abria-se espaço para a constituição de uma agricultura altamente moderna, conectada e que possibilitava um trabalho contínuo em diversas partes do globo.

Esse processo denota, portanto



[...] a difusão do meio técnico-científico no campo brasileiro, por meio da disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, da mecanização da agricultura, da internalização da indústria de insumos agrícolas, do financiamento estatal e da especialização do trabalhador agrícola (FREDERICO, 2010, p.32).

Por outro lado, o avanço técnico impossibilitou que um grande número de camponeses continuasse a produzir e a se manterem no campo, principalmente em razão do nível de especialização exigido nas lavouras. O êxodo da população rural brasileira para os centros urbanos é marcante nesse momento.

Pautados no que Santos (2000) colocou como a unicidade da técnica, levada a cabo a partir das tecnologias de informação, o meio técnico-científico-informacional possibilitou maior compatibilidade entre as empresas dos diferentes ramos da produção agrícola. Elias (2003) demonstra que o estreitamento de relações entre a produção agrícola e o restante da economia constitui importante fator quando se quer distinguir a agricultura contemporânea daquela existente antes da revolução tecnológica, pois foi justamente em razão dessa aproximação que a agricultura se subordinou aos ditames do grande capital.

Com a introdução de ciência, tecnologia e informação na agropecuária, processou-se uma contínua renovação das suas forças produtivas, que passaram a responder com velocidade às necessidades colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor, refletindo no aumento da produção e da produtividade, assim como na sua inter-relação crescente com as demais atividades econômicas (ELIAS, 2003, p. 54).

54

É diante dessa conjuntura que o Cerrado brasileiro passa também a fazer parte dos planos dos governos subsequentes à incorporação do modelo da Revolução Verde. A partir das inovações técnicas, tal bioma foi fortemente afetado pela modernização e o avanço da fronteira agrícola em direção ao Centro-oeste, impulsionado pelo Agronegócio e as monoculturas para exportação.

A presença dos novos sistemas técnicos no território promoveu um aumento vertiginoso da área e da arena de produção agrícola [...]. O principal evento que demonstra essa ampliação foi a expansão da agricultura moderna em direção ao Cerrado. Nesta região, a difusão dos sistemas técnicos modernos se deu de forma acelerada e com uma maior perfeição, porque a constituição técnica pretérita era pouco significativa. As verticalidades se implantaram de forma proeminente, sem sofrer quase nenhum tipo de resistência que pudesse barra-las ou transformá-las (FREDERICO, 2010, p. 33).

Concomitantemente, a conexão entre as diversas empresas agrárias a partir das tecnologias da informação, levou a um processo contínuo e acelerado de aproximação, fusão e consequente interdependência empresarial que marca o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. A agricultura capitalista moderna presente no Cerrado – e especificamente no Triângulo Mineiro – se relaciona diretamente aos Complexos Agroindustriais (CAI's) e à sua lógica competitiva.



### **3. A formação do Complexo Agroindustrial do Centro-sul e o Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL**

A partir da industrialização e modernização da agricultura, se tornou possível uma articulação entre as empresas do mesmo setor ou até de setores diferentes da produção do agronegócio no Brasil. Primeiramente, esse processo deu origem aos chamados Complexos Rurais, e que mais tarde foi substituído pelo termo Complexo Agroindustrial – CAI.

No complexo rural o que o determinava era a divisão do trabalho e a detenção de todos os bens (insumos, máquinas e equipamentos) concentrados em um único lugar, no caso uma fazenda, para a produção de determinado produto. O trabalho livre pode ser considerado como desencadeante da crise do complexo rural e a mudança para o complexo agroindustrial. Nesse sentido, temos o início da passagem do “complexo rural” para os “complexos agroindustriais” (CAMPOS, 2014, p. 57).

A integração das atividades agrícolas com a indústria é, portanto, a principal característica de tais complexos, que passaram a se formar anos após a modernização agrícola e que é ponto importante para diferenciar a agricultura brasileira antes e depois da revolução tecnológica dos anos 1950/60.

Outro fator que contribuiu de forma decisiva para a formação de tais complexos foi a grande crise econômica dos anos 1970/80, que antes de tudo foi uma crise energética. Diversas empresas rurais se integraram e receberam subsídios do Estado, passando a se concentrarem e centralizarem capital.

De acordo com Graziano da Silva (1996), os CAI's representam

[...] a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 1).

Portanto, essa integração se deu no âmbito técnico-produtivo, onde uma série de empresas passou a agir de forma conjunta, gerando uma maior expropriação da terra e da renda dos agricultores e camponeses a elas sujeitas. Além disso, o caráter conservador da modernização mais uma vez se evidencia, pois há o fortalecimento do latifúndio e uma maior concentração da propriedade e da produção.

Ao adentrarmos na discussão da produção de combustíveis, o setor sucroalcooleiro (até esse momento o produto final eram apenas açúcar e álcool, por isso tal denominação), passou a se organizar e buscar alternativas em relação ao petróleo.

Os agrocombustíveis eram destacados como uma possível saída para a crise do petróleo e ambiental vigente. Seu apelo sustentável, tanto pela sua fonte como pelo modelo produtivo,



colocou o álcool como a principal dessas alternativas no decorrer da década de 1970. Seria a partir dele que os processos do setor seriam reestruturados e o capital agroindustrial ganharia força no Centro-sul do país.

Nesse momento, a efetivação de uma nova frente agrícola nacional se deu a partir de lavouras para exportação, como é o caso da cana-de-açúcar, que além do mercado externo, abasteceria também o mercado interno do etanol, criado a partir do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, no ano de 1975, o qual tinha o objetivo de incentivar a produção e uso de álcool em substituição à gasolina.

A cana-de-açúcar foi definida como a principal matéria-prima para a produção sucroalcooleira, pois trazia maior retorno econômico e contava com a conveniência em relação ao açúcar e sua baixa no mercado internacional. Substituir a produção por álcool seria o mais rentável e oportuno no momento.

Porém, para Houtart (2009) o etanol, assim como o agrodiesel produzido a partir de óleos vegetais, por serem agrocombustíveis da primeira geração, representaram uma oportunidade diante das crises que se aceleravam, a partir de um ideário sustentável o qual o petróleo, sendo um combustível fóssil, já não se enquadrava. Diante desse aspecto renovável, o autor esclarece

Sin embargo, esa comprobación solo toma en cuenta la combustión propiamente dicha. Ahora bien, aparte de los aspectos sociales [...], estamos obligados, para llegar a conclusiones realistas, a introducir el cálculo del ciclo desde la producción a la distribución de los agrocombustibles (HOUTART, 2009, p. 109-110).

A produção dos agrocombustíveis seguiu o modelo empregado pelo agronegócio, e passaram a ser produzidos a partir de monoculturas e da produção em larga escala. Como apontado por Campos (2014), tal preocupação ambiental e social estiveram presentes nos momentos de consolidação das políticas públicas de apoio à sua produção, como é o caso da proibição da queima total da cana e da mão-de-obra infantil, primeiramente no estado de São Paulo, no ano de 1977. “Os interesses comuns do complexo canavieiro, como o papel do álcool como combustível líquido, tributação, meio ambiente, cogeração de energia e abertura de mercados externos, permitiram sua estabilidade atual” (CAMPOS, 2014, p. 51).

Observamos, diante de tais processos, a constituição de um complexo produtivo canavieiro na região Centro-sul do Brasil, primeiramente a partir dos estados do Paraná e São Paulo, e posteriormente Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, onde a implantação e consolidação do PROÁLCOOL também foi significativa nesse momento.

O programa surgiu a partir de discursos bem construídos sobre a sustentabilidade e a capacidade de gerar boas condições para a população rural.



O PROÁLCOOL prometia gerar efeitos de *spill over* sobre outras dimensões da vida social, notadamente nos aspectos de geração de renda e emprego. Argumentava-se que o programa era um eficiente instrumento de economia de divisas, pois promovia a substituição do petróleo importado pelo álcool. Em relação aos impactos sociais, o argumento era o de que ele geraria um volume grande de empregos diretos e indiretos, principalmente no meio rural (GUEDES et al, 2002).

Nesse sentido, o sucesso do programa está vinculado a esse apelo e ao consequente aumento da produção nos primeiros anos de implantação, incorporando terra, trabalho e capital de forma crescente. Porém, com o passar dos anos as dimensões social e cultural da territorialização do setor foram evidenciadas, colocando em xeque tais aspectos.

A primeira fase do programa corresponde aos anos 1975-1979, momento em que o Estado investe fortemente nas destilarias anexas e no apoio aos automóveis movidos exclusivamente a álcool. As destilarias ajudaram a dinamizar a produção, juntamente com as linhas de crédito subsidiado.

Sua segunda fase corresponde

[...] ao período do Segundo choque do petróleo (1979), mais significativo em relação ao seu impacto negativo à economia mundial. Nesse período houve uma maior necessidade na produção de álcool combustível com foco maior para a produção do hidratado. Como políticas para o setor foram criados o Conselho Nacional do Álcool – CNAL e a Comissão Executiva Nacional do Álcool – CENAL como organismos para agilizar o Proálcool. Os créditos de subsídios continuaram e foi estipulada uma produção de 60 mil litros/dia para as destilarias continuarem recebendo os subsídios (CAMPOS, 2014, p. 45).

57

O aumento das unidades foi evidente em diversas regiões do país, principalmente no oeste e nordeste do estado de São Paulo, com algumas unidades em Goiás e no Triângulo Mineiro.

Na década entre 1985 e 1995 o programa passa por uma estagnação, em razão principalmente do chamado “contrachoque” do petróleo e a diminuição do preço do barril, fazendo um grande número de consumidores voltarem à gasolina. Soma-se a isso um período de escassez dos recursos públicos e a posterior liberalização econômica, observada com a desregulamentação do setor na década de 1990.

Com medidas de cunho liberalizante, o Estado iniciou a década de 1990, se retirando, gradativamente, do centro das decisões acerca do setor, deixando-o nas mãos da iniciativa privada. Essa retirada do governo do controle das atividades do setor alcooleiro foi o que caracterizou seu processo de desregulamentação, ou seja, processo no qual o Estado deixou de regulamentar a produção, estoque, comercialização e preços do setor (PEREIRA, 2007, p. 59).

Nesse momento, podemos falar de uma reestruturação produtiva no setor, com o afastamento do Estado nas decisões e na criação de políticas públicas de auxílio. As mudanças na produção se relacionam ao momento de estagnação anterior, com a consequente liberalização econômica e autogestão.



A partir da década de 1970, portanto o agronegócio canavieiro levou o Brasil a uma posição de destaque na produção de agrocombustíveis, em razão da experiência adquirida nas décadas que se seguiram ao PROÁLCOOL e a expansão da produção e do uso dessa matriz. Anos depois o programa passa por um momento de estagnação, chegando na década de 1990 buscando reestruturar a produção a partir da liberalização econômica.

#### **4. O avanço da frente canvieira no Triângulo Mineiro**

O Cerrado brasileiro passa a receber um grande número de agroindústrias sucroenergéticas a partir da década de 2000, em um processo que se deu de forma rápida por se tratar de uma região ainda pouco inserida na dinâmica agrícola do setor, grandes áreas ainda passíveis de investimentos e a proximidade com as áreas pioneiras.

Posterior a certo retorno do Estado no estímulo à produção sucroenergética nacional, a partir da medida provisória nº 1.662 de 28 de maio de 1998 que equiparou o preço do etanol e da gasolina com o aumento na quantidade de álcool anidro a gasolina (de 22 para 24%), a região do Triângulo Mineiro passa a receber um grande número de usinas, principalmente daqueles grupos já com experiência no estado de São Paulo. Essa expansão é fruto da consolidação do Complexo Agroindustrial do Centro-sul e da articulação entre grandes grupos voltados ao agronegócio no Triângulo.

Outro aspecto importante para esse processo foi a modernização da agricultura e a possibilidade de melhorias técnicas em relação às áreas antes dificultadas pelas suas condições naturais, onde a adubação química e a incorporação de maquinários facilitaram o acesso às terras.

Assim, o intervencionismo estratégico do Estado, visando planejar um Brasil industrializado, resultou na consolidação da agroindústria canvieira no Centro-sul, ampliando a demanda interna por açúcar e álcool, que tinham como pano de fundo o processo de urbanização do país. Estes programas, além de viabilizarem a modernização das técnicas na agricultura, facilitaram a expansão das fronteiras agrícolas para regiões como do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que, até neste momento, abrangia como principais práticas a criação de gado de corte e cultura de grãos. Posteriormente, com a implantação dos programas de incorporação das áreas de Cerrado, a região consolidou a agricultura empresarial, tornando-se lócus privilegiado para investimentos do agronegócio (SOUZA, 2012, p. 67-68).

Essa expansão e consolidação do Triângulo Mineiro na produção sucroenergética continua se evidenciando, e os efeitos para os camponeses e comunidades rurais são evidenciados em alguns aspectos, como: a) no crescimento das pequenas cidades da região, fruto da expropriação e da migração decorrente da oferta de emprego em determinados períodos do ano; b) nos modos de vida e na reprodução social dos camponeses que ainda permanecem no campo; c) na qualidade



ambiental, com a destruição das áreas de Cerrado em razão da expansão da área agrícola das usinas.

A proximidade de uma das zonas pioneiras na produção de cana-de-açúcar no Centro-sul do Brasil (a partir da década de 1970), fez do Triângulo Mineiro palco de um grande avanço dessa monocultura e dos grupos com experiência no setor. Como podemos observar na tabela 01, os cinco maiores produtores de cana-de-açúcar do estado (em quantidade produzida) estão na mesorregião.

**Tabela 01– Triângulo Mineiro - Principais municípios produtores de cana-de-açúcar, em quantidade produzida, 2016 - 2019.**

Município	Quantidade produzida (T)			
	2016	2017	2018	2019
Uberaba	6.267.158	6.768.000	6.800.000	6.800.000
Frutal	5.001.040	5.017.792	4.382.000	4.474.800
Conceição das Alagoas	3.600.000	3.440.000	3.900.000	3.900.015
Iturama	2.161.500	2.171.700	3.500.000	3.510.000
Campo Florido	2.340.000	2.682.000	3.000.000	2.955.055

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal), 2020.

Org.: Os autores, 2020.

Para citarmos um exemplo, somente no município de Frutal (MG), no ano de 2006, foram instaladas duas usinas de grande porte, a Usina Frutal (Grupo Bunge) e a Usina Cerradão (Grupo Queiroz de Queiroz e Pitangueiras) que juntas somam 55.360 ha de cana plantada, com quase 4.500.000 toneladas produzidas (IBGE, 2020). Esse processo demonstrou o avanço rápido do setor no Triângulo Mineiro.

Em alguns aspectos, a instalação de tais empreendimentos demandaram menores esforços para os grupos e as usinas, visto que a mesorregião conta com uma malha viária favorável, como o entroncamento de diversas Br's (364, 365, 050 e 153) e uma posição estratégica para a produção e distribuição dos produtos, em razão de seu relevo majoritariamente plano e sua localização central.

Todo esse contexto demonstra a especificidade e a importância do Triângulo Mineiro para a produção sucroenergética nacional. Porém, em contrapartida, temos a diminuição da diversidade produtiva e o aumento dos impactos diretos e indiretos para produção em pequena escala, nos



territórios alternativos à lógica empresarial e corporativista, e na reprodução social de diversos grupos que compõem o rural ali (re)existente.

## **5. A chegada do estranho: desterritorialização e multiterritorialidade camponesa no Triângulo Mineiro**

Diante do exposto, observamos que a instalação e operação das usinas no Triângulo Mineiro, a partir de um discurso que abarcava desenvolvimento e geração de empregos, bem como melhorias para a área rural onde operariam, como a infraestrutura das vicinais e transporte, trouxeram transformações e condicionantes necessárias de serem contrabalanceadas na análise da reprodução sócio territorial do campesinato regional.

As usinas acarretaram grandes mudanças socioeconômicas, políticas e culturais para a região, além de esbarrar em diversas questões ambientais voltadas ao cultivo da cana a partir da monocultura e do uso de insumos químicos e maquinários.

Souza (2012) demonstra como a expansão da área plantada da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro foi significativa entre os anos de 2000 e 2010. De acordo com ela, a área de cultivo foi triplicada, com grande expansão entre os anos de 2005 e 2006. Se tomarmos como base a década, o crescimento foi de 74%, juntamente com a área colhida, que no ano de 2000 foi de 127 mil hectares, e em 2010 chegou a 492 mil (SOUZA, 2012, p. 70).

Esse processo foi consolidado a partir de diversos critérios de seletividade espacial para a instalação das usinas no Cerrado, os quais Camelini e Castillo (2012) distinguem em três categorias: 1) Aspectos físicos, 2) Aspectos econômicos e 3) Aspectos infraestruturais políticos, os quais respondem às exigências corporativas e nos revelam as formas de organização e reprodução do setor sucroenergético na região.

Em relação à primeira categoria, se destacam a grande disponibilidade de terras agricultáveis, adequação e “correção” dos solos às necessidades das plantas e o clima e a disponibilidade hídrica, os quais levam a um relevo pouco acidentado e superação da ineficácia química dos solos do Cerrado para o cultivo da cana-de-açúcar. É importante ressaltar o papel da tecnologia e da ciência na efetivação dessa nova fronteira agrícola, como já destacado anteriormente, visto que a possibilidade de utilização de maquinários e a incorporação de química aos solos foram levadas a cabo em razão da industrialização e reestruturação dos processos produtivos, que tinham como base o tripé tecnologia-ciência-informação.

A estrutura para fornecimento de insumos e serviços, o custo da terra, que era baixo até aquele momento, e a disponibilidade de força de trabalho para o setor são importantes aspectos econômicos identificados nesse processo. Hoje, diversas comunidades rurais do triângulo tem



parte significativa de seus moradores trabalhando nas usinas, uma parcela composta por imigrantes, outra que já vivia na comunidade.

Como averiguado em pesquisas de campo, a valorização das terras ocorrem concomitantemente à operação da usinas, algo que muitas vezes é visto com bons olhos por proprietários e moradores, pois diante da impossibilidade de se manterem, veem na venda ou arrendamento das terras uma forma de manterem sua renda e poderem trabalhar na cidade.

O papel essencial do poder público e das relações políticos entres os grupos e as elites regionais são de extrema importância para a consolidação desse processo. A partir de vantagens decorrentes de incentivos fiscais, legislação ambiental com poucas restrições, boa condição logística e a forte relação com outros setores e grupos voltados ao agronegócio, as usinas obtém facilidades para adentrarem o Cerrado. O entroncamento de grandes rodovias que cortam o país e os financiamentos a partir de uma conjuntura de apoio ao crescimento do cultivo da cana em outras regiões para além do Nordeste brasileiro, também foram emblemáticos nesse momento.

Com a instalação das usinas, o Triângulo Mineiro recebeu um grande contingente de migrantes, o que mudou a composição dos moradores da comunidade Boa Esperança. De acordo com entrevistas realizadas na Escola Municipal Odílio Fernandes, localizada na comunidade Boa Esperança, em Frutal (MG), podemos averiguar uma mudança no perfil dos estudantes. Tal escola contava, ao final de 2018, com cerca de 120 alunos, sendo a maioria deles provindos de outras regiões do país, principalmente do estado de Pernambuco.

Na década de 1990, principalmente entre os anos 1994/95/96, a escola chegou a receber aproximadamente 500 alunos. Acho que a diminuição da quantidade de alunos acelerou com a chegada da usina, além da abertura de novas escolas rurais e a ida de moradores e pequenos agricultores para as cidades vizinhas. Hoje a escola conta com 111 alunos, na sua maioria filhos de pequenos produtores rurais e de trabalhadores da usina, principalmente vindos de Pernambuco. Tem muito pernambucano por aqui (Entrevista EMOF, agosto de 2018).

O número de migrantes, assim como seus retornos, é estabelecido a partir do ritmo da acumulação, além de variáveis como progresso técnico, logística e custos.

Hoje as usinas realizam seu plantio majoritariamente de forma mecanizada, o que leva a um grande aumento na quantidade de mudas plantadas por hectare. Com uma demanda por mão-de-obra cada vez menor, as perspectivas são de aprimoramento e maior utilização de tecnologia nos processos produtivos, como o sistema de controle de fertilizantes e defensivos visando uma maior economia destes insumos e uma melhor distribuição e rendimento no plantio.

Em entrevista realizada na Usina Cerradão, em Frutal, cerca de 45% da mão-de-obra da Usina Cerradão é temporária, ou seja, os fluxos migratórios relacionados a ocupações menos especializadas apresentam saltos nos períodos de safra, o que complexifica as ações



governamentais e da própria usina para acolher esse contingente, bem como grandes dificuldades de constituição de laços comunitários e identitários entre aqueles “de dentro” e os “de fora”, estabelecendo novas relações sociais entre os camponeses e moradores.

Na constituição desse “outro”, Martins (1993) destaca:

Há uma reciprocidade de consequências, o que não quer dizer equidade. Os grupos vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões, desafios. A partir do momento em que essa interferência se dá, ela não se efetiva apenas através da coisa física que é a barragem, o lago, [a cana] ou a rodovia. Os projetos se materializam em obras que se apresentam diante de indígenas e camponeses através de pessoas diferentes e de relações sociais novas. Mesmo velhas relações sociais são substancialmente alteradas, embora mantenham a forma exterior. Indígenas e camponeses não ficam “fora” dessas relações. São por elas envolvidos de algum modo, geralmente numa relação de alteridade. A reciprocidade do impacto se manifesta na constituição do “outro”, que passa a mediar as relações sociais para cada grupo envolvido no desencontro desse encontro (MARTINS, 1993, p. 64-65).

A ação verticalizada de determinados agentes econômicos e os movimentos contínuos de migração levam a transformações na representatividade das populações locais, como no caso dos camponeses que estabelecem uma ligação simbólico-cultural com as comunidades e seus multiterritórios, bem como a situação dos imigrantes que tem o seu território vinculado à dinâmica reprodutiva do empreendimento.

O processo de territorialização das usinas leva a constituição de novos territórios, de multiterritórios (HAESBAERT, 2007), possíveis a partir de uma apropriação (i)material do espaço (SAQUET, 2007). Estabelece-se então tensões que levam a formação de novas relações de poder, de identidade e de pertencimento.

Em outra passagem de seu texto, Martins (1993) demonstra como condições diferentes entre os sujeitos levam a um enquadramento dos grupos a partir de sua ocupação, modos de vida ou intenção diante das novas relações. Ao falar dos índios Suruí e seu primeiro contato com o homem branco, ele aponta:

[...] O chefe indígena se adiantou para dizer “eu te amanso, branco!”, quando na verdade o branco imaginava que o estava amansando. Reconhecimento da condição antagônica do outro e, ao amansá-lo, tentativa de trazê-lo para um mesmo universo de relações – inclusão e oposição, humanização do desumano. Sociologicamente, o chefe suruí proclamou nesse ato sua condição de sujeito e não de objeto da relação (MARTINS, 1993, p. 65).

De um lado aqueles que não se sentem pertencentes ao ambiente comunitário, de outro, aqueles que veem na chegada do “outro” um problema para a constituição de laços comuns. Em todos eles, a busca pelo acolhimento referenciado a partir do seu *selfie*, e a tentativa de manutenção de seus modos de vida. Temos como resultado a constituição de multiterritórios, e com eles os embates e tensões relacionados à representatividade de cada sujeito. Haesbaert (2007) esclarece nossa interpretação.



Mais do que de “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num *continuum* que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e /ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2007, p. 341).

A partir da chegada das usinas, não é raro observarmos a diminuição das atividades comunitárias tradicionais. Muitas das festas, terços, campeonatos de futebol amador e mutirões eram realizados pelos moradores e camponeses mais antigos, como também foi destacado em entrevista realizada na Comunidade Boa Esperança, onde a disposição em manter diversas atividades, como as festas da paróquia, as quais não existem mais, grupos de oração, ajuda aos enfermos e necessitados (leilões, festas para arrecadação) ficou evidente. Com o tempo houve um distanciamento dos moradores com a comunidade, o que de acordo com o entrevistado, está diretamente relacionado à chegada daqueles que “não eram de lá”, e que não mantiveram tais tradições.

Um dos processos mais degradantes e complexos, por se tratar muitas vezes de algo subjetivo, são as desterritorializações provocadas pela chegada de tais empreendimentos. No caso da comunidade Boa Esperança, elas ocorreram com maior intensidade na década de 1980, havendo um processo de recampesinização<sup>1</sup> até aproximadamente 2005.

Com a chegada das usinas, no decorrer da década de 2000, pode-se constatar um momento único na história da comunidade, onde a mudança forçada para as cidades próximas, bem como a nova dinâmica imposta, indicam processos concomitantes de reterritorialização e desterritorialização por parte dos migrantes temporários e camponeses, esses últimos através de adaptações nas organizações internas da propriedade.

Haesbaert (2007) esclarece que, dependendo da nossa concepção sobre território, teremos definições diferentes para a desterritorialização. Para isso, entendemos o território através de uma concepção integradora das diversas partes que o compõem, para além do naturalismo (etológico), ou aquele voltado a questões político-jurídicas (fundamentos materiais do Estado), ou mesmo uma visão economicista, concebemo-lo a partir de uma visão que integre desde o aspecto material, do substrato onde esse território é representado, até as territorialidades simbólicas, culturais e psicológicas.

<sup>1</sup> Indivíduo, grupo ou sociedade que retorna ao modelo social e produtivo camponês após experiências – rurais ou urbanas – em outras condições ou modos de vida.



Sabemos das dificuldades em compreender essa “experiência total” do espaço, transformado em território a partir de uma apropriação material e simbólica a qual se constroem identidades. Diante disso, seguimos a perspectiva que

[..] ao mesmo tempo que inclui a concepção multiescalar e não exclusivista de território (territórios múltiplos e multiterritorialidade), trabalha com a ideia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural) (HAESBAERT, 2007, p. 77).

A ideia de hibridez já havia sido trabalhada por Santos (1997) ao falar do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação, através da noção de intencionalidade. Para ele, tanto para a produção do conhecimento, como para o “processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno” (SANTOS, 1997), a intencionalidade é igualmente importante, pois

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e técnica presentes no território. Lembramo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio (SANTOS, 1997, p. 76).

64

Entendemos que essa intencionalidade reflete, por assim dizer, as territorialidades humanas, em territórios existentes concomitantemente. Podemos ter, em determinada área, técnica avançada, ciência e informação vinculada a um território que é gerido de forma vertical, através de redes (território-rede) – território do capital – e aquele território com formas ditas não-capitalistas, que resiste e se sustenta a partir dessa relação contraditória. As intencionalidades são outras, muitas delas se permutam na relação com o outro, muitas permanecem, outras se desfazem.

Os processos de desterritorialização e reterritorialização acontecem a partir da relação conflituosa entre diferentes intencionalidades expressas no espaço. As ações vinculadas a determinado território (a exemplo das usinas) interferem diretamente na intencionalidade e nas ações de outros (território camponês), havendo muitas vezes a impossibilidade de manutenção ou existência daqueles territórios precedentes, ou fazendo-os permutarem, adaptarem e resistirem.

Simplificando, Haesbaert (2007) aponta que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território. Esse processo está vinculado, na maioria das vezes, a abandonos forçados, vinculados a interferências diretas e indiretas dos modelos homogeneizantes, como é o caso da agroindústria. É importante ressaltar, diante disso, que a desterritorialização pode ocorrer sem haver mobilidade, ou seja, um camponês, ao sentir que não há mais possibilidades de manter seus modos de vida, sua produção familiar, sua organização, resolve vender sua força de trabalho,



receber os frutos injustos de seu trabalho e se manter onde está, porém sem autonomia e capacidade para o trabalho-consumo.

O curto intervalo de tempo entre a chegada e saída de muitos trabalhadores nas comunidades intensificam os processos de TDR, visto o grande contingente de mão-de-obra temporária utilizada nas usinas. Esses trabalhadores estão em constante processo de desterritorializar-se para territorializar-se, acompanhando o tempo do capital.

Como sabemos através de exemplos geográficos muito concretos, não é simplesmente a velocidade do movimento que provoca ou intensifica a desterritorialização. Pode-se admitir, inclusive, não apenas uma desterritorialização na imobilidade, mas também uma territorialização na mobilidade. [...] É interessante lembrar que mesmo a figura “desterritorializada” por excelência, o nômade, tão celebrada por Deleuze e Guatarri, ela própria, em suas trajetórias costumeiras, possui um território (HAESBAERT, 2007, p. 129).

As pessoas que tem certa qualificação, conseguem empregos melhores e mais estáveis na agricultura empresarial, são/serão preparadas pela usina e receberão melhores remunerações. Porém, qual a proporção desses empregos? Grande parte desses trabalhadores acaba buscando nas cidades vizinhas melhores condições de moradia, acesso a bens e serviços como educação e saúde, e, portanto, não representam aquela parcela que poderia viver nas comunidades e estabelecerem um maior vínculo com a mesma.

Alguns dos impactos para os camponeses do Triângulo estão vinculados a esse aspecto imaterial da apropriação do território, o que os leva, muitas vezes, a uma condição de isolamento e diminuição das ligações antes existentes com a(s) comunidade(s). Isso acarreta uma perda das ajudas mútuas que antes eram frequentes, como a realização de mutirões ou de auxílios diversos, bem como o distanciamento entre seus membros: perde-se a coesão social.

Destaca-se também a apropriação material desse território, com a severa alteração dos ambientes naturais do Cerrado e das áreas utilizadas para a co-produção camponesa<sup>2</sup>, o que ocasiona mudanças microclimáticas próximas às áreas de cultivo, além do convívio diário com máquinas e insumos químicos (pulverização aérea), dentre outros.

## **6. Considerações finais**

Em síntese, podemos observar que as novas dinâmicas incorporadas pelas agroindústrias canavieiras no Triângulo Mineiro, a partir de sua ação verticalizada e das transformações técnico-produtivas que o modelo corporativo implica, resultaram em conflitos sócio-territoriais importantes na região, principalmente aqueles voltados à reprodução social dos camponeses.

<sup>2</sup> Produção em simbiose com a natureza.



O processo de modernização agrícola e a contínua introdução e aperfeiçoamento de técnicas (com base científica e informacional) de produção e comercialização de produtos, reorganizam a dinâmica do(s) território(s), trazendo estranheza, distanciamento e conflitos para as comunidades e grupos sociais ora baseados na agricultura camponesa.

A articulação entre os diversos agentes econômicos vinculados ao Complexo Agroindustrial da cana-de-açúcar no centro-sul, bem como as políticas governamentais que estruturam e possibilitam uma maior aproximação entre tais esses setores, como no PróÁlcool e os incentivos para a instalação e operação das usinas em diversos municípios, fragilizam e abandonam os camponeses em um conflito cada vez mais latente no Cerrado brasileiro.

O avanço e a intensificação da produção canavieira no Triângulo Mineiro impõem desafios aos territórios camponeses, seja para a manutenção de sua autonomia no que tange o trabalho, consumo e comercialização de alimentos, visto que os processos de desterritorialização também podem ser traduzidos pelo aumento na dependência por recursos externos às propriedades, seja pela coesão e reprodução sociocultural.

Porém, apesar das ameaças trazidas pelo estranho território da cana, as estratégias diante das situações adversas são resultado da resistência, do reterritorializar-se a todo o momento, do reequilibrar-se diante das tendências pouco promissoras.

Elementos simbólicos e culturais, identidade e reciprocidade, são extremamente importantes nesse processo. Tais aspectos são definidores de seus modos de vida e, em certa medida, responsáveis por manter comunidades inteiras unidas, lidando com *o outro* de forma mútua, nesse ínterim de estranheza que a territorialização das usinas perpetua.

Nesse sentido, impõe-se a necessidade de continuarmos buscando a compreensão desse processo de avanço do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro, visto que a partir dele os camponeses e comunidades se reinventam, buscam novas formas de estarem em contato, de reproduzirem suas relações sociais mais tradicionais e intrínsecas a seus modos de vida, e de manterem seu território.

## 7. Referências bibliográficas

CAMPOS, Natália Lorena. **Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 9: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Cap. 1. p. 23-34.



ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**: A região de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: Edusp, 2003. 400 p.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado**: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1980.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; GALLO, Zildo; MARTINS, Lúlia A. Toledo Piza. Passado, presente e futuro da agroindústria canavieira do Brasil: Uma reflexão a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Org.). **A agroindústria canavieira no Brasil**: Evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. p. 311-319.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro, 2007.

HOUTART, François. **La Agroenergía**: Solución para el clima o salida de la crisis para el capital. Habana: Ruth Casa, 2009.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

MENDES, Heitor Nascimento. **Expressões territoriais camponesas da comunidade Boa Esperança/Frutal (MG)**: os equilíbrios da unidade camponesa frente ao avanço do agronegócio canavieiro. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Cap. 5. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20805>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais**: Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005. Cap. 1. p. 15-40.

PEREIRA, G. T. V. **O setor alcooleiro**: da rígida intervenção ao processo de regulamentação. 2007. 85 f. Monografia. Departamento de Ciências econômicas, UFSC/ Florianópolis, 2007.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011 [2000].

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.



SOUZA, Andrezza Gomes de. **A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal - MG.** 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ufrgs, 2009.

## **THE STRANGENESS OF SUGARCANE TERRITORY AND PEASANT MULTITERRITORIALITY IN TRIANGULO MINEIRO**

---

**Abstract:** In view of modernization prospect and processes stamped by agribusiness development in Triangulo Mineiro - Brazil, such as Agro-industrial Complex configuration in Center-South allied to sugar-energy sector advance in Cerrado areas inland Brazil, this article aims to present basis that provided sugarcane crops growth in western of Minas Gerais during the late 25 years, evidencing how “sugarcane front” territorialization and groups that compose it are significant to acquaintance the current processes of peasantry deterritorialization and reterritorialization in the Territory. Thus, it is observed that certain modes of reproduction and structure/organization bring strangeness to the sector, and constitute relevant influences to territorialization - desterritorialization – reterritorialization (TDR) processes experienced by Triangulo Mineiro peasants, which allows us recognize that peasant’s territory (re)production is directly related to the guidelines and conditions brought by agroindustry mode.

**Keywords:** Agribusiness. Peasantry. Sugar Cane Crop. Territorialization. Triangulo Mineiro.

## **EL EXTRAÑO TERRITORIO DEL CAÑA Y LA MULTITERRITORIALIDAD CAMPESINA EM EL TRIÁNGULO MINEIRO**

---

68

**Resumen:** En vista de la trayectoria de modernización y los procesos que marcan el desarrollo de la agroindustria en el Triángulo Mineiro, como la formación del Complejo Agroindustrial en el Centro-Sur y el avance del sector azucarero-energético en las áreas del Cerrado de Brasil Central, este artículo tiene como objetivo presentar como fundamentos que proporcionaron el crecimiento de los cultivos de caña de azúcar en el occidente de Minas Gerais en el primer cuarto de siglo, demostrando cómo la territorialización de este nuevo “frente cañero” y de los grupos que lo componen son importantes para comprender los procesos actuales de desterritorialización y reterritorialización del campesinado en ese territorio. Así, se observa que los modos de reproducción y estructura / organización del sector aportan extrañeza e importantes influencias previas a los procesos del territorialización – desterritorialización – reterritorialización (TDR) vividos por los campesinos del Triángulo Mineiro, lo que nos permite darnos cuenta que la (re) producción del territorio campesino es directamente relacionado con los lineamientos y condiciones que trae el modelo utilizado en las agroindustrias.

**Palabras llave:** Agronegocios. Campesinado. Cultivo de caña de azúcar. Territorialización. Triángulo Mineiro.

---

### **HEITOR NASCIMENTO MENDES**

**Doutorando em Geografia** pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU - MG). Mestre (2017) e bacharel licenciado (2015) em Geografia pela mesma universidade. Membro do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA-UFU) e do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT-CNPq). Tem experiência em Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento Rural, Ruralidades Contemporâneas, Processos de Desterritorialização (TDR's) no Campo e Reprodução Social do Campesinato.

E-mail: heitor1001@hotmail.com

Endereço postal: Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Geografia. Av. João Naves de Ávila - Santa Mônica. 38408100 - Uberlândia, MG – Brasil.



**MARCELO CERVO CHELOTTI**

**Doutor em Geografia** pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor nos cursos de graduação e pós-graduação no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG, membro da Comissão Assessora da Área de Geografia do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) e do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT-CNPq).

E-mail: [mcervocheleotti@gmail.com](mailto:mcervocheleotti@gmail.com)

Endereço postal: Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Geografia. Av. João Naves de Ávila - Santa Mônica. 38408100 - Uberlândia, MG - Brasil

---